

Sessão Especial

Entrevista com Carlos Alberto Torres¹

Carlos Alberto Torres
Diretor do Instituto Paulo Freire da Oclan Stanfor em Los Angeles - California

Entrevistado pela Prof^a. Dra. Emília Maria Trindade Prestes
Universidade Federal da Paraíba

¹ Entrevista transcrita pela Professora Edilene da Silva Santos/UFPB/DME

Carlos Alberto Torres é professor de Sociologia e Educação Comparada e Chefe da Divisão de Ciências Sociais e Educação Comparada (SSCE) da Universidade Califórnia Los Angeles (UCLA). Ele também é diretor do Instituto Paulo Freire. Natural da Argentina, onde se licenciou em Sociologia, fez mestrado em Ciência Política no México. Na Universidade de Stanford (EUA) fez novo mestrado e doutorado em Educação Internacional e Desenvolvimento. Fez estudos pós-doutorais em Fundamentos da Educação Internacional na Universidade de Alberta (Canadá).

Atualmente desenvolve trabalho de pesquisa na área de Sociologia Política da Educação e prepara um livro sobre a experiência no ensino superior na academia estadunidense. Tem mais de 60 livros publicados e centenas de artigos de pesquisa.

A seguir confira a entrevista feita pela professora Emília Maria da Trindade Prestes, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, com o professor Torres.

EP: Boa noite, professor Carlos Alberto Torres. É um prazer contar com a presença do senhor iniciando a nossa série de entrevistas* para compor o nosso acervo da Biblioteca Digital em Educação de Jovens e Adultos. Eu gostaria primeiro de apresentar o professor Carlos Alberto Torres. É ele um intelectual conhecido internacionalmente. Podemos chamá-lo um cidadão do mundo, com uma larga experiência na temática de educação de adultos; não só na educação de adultos, mas também na temática de sociologia da educação, na educação comparada, na teoria sociológica, na ciência política. E é o diretor do Instituto Paulo Freire e professor da UCLA, Universidade Califórnia Los Angeles. Muito obrigada, professor. Nós poderíamos iniciar nossa conversa na qual eu me sinto honrada e agradecida por contar com a sua valiosa colaboração nesta série de entrevistas que iniciamos com o senhor. **

CAT: Bem, eu me sinto muito honrado em ser o primeiro entrevistado para sua biblioteca digital, que eu acredito seja uma grande iniciativa, e quero cumprimentar a você por isso.

EP: Muito Obrigada. Professor, iniciando pela temática, sabemos que daqui a um mês se realizará a VI CONFINTEA, que representa um evento de grandeza internacional onde serão decididas as novas políticas no âmbito da educação de jovens e adultos. Eu recentemente tive a oportunidade de adquirir um documento no qual foi visto que serão abordados nessa conferência quatro grandes temas: o primeiro tema seria a pobreza e a crescente desigualdade social e cultural tendo como foco a educação e aprendizagem de pessoas jovens e adultas orientadas para o trabalho; o segundo tema é o direito à educação e à aprendizagem para homens e mulheres imigrantes considerando a perspectiva de que não existem ilegais,

** Tradução do espanhol de Emília Prestes. Revisão técnica e notas explicativas de Ana Elvira Steinbach Silva Raposo.

mas apenas pessoas que não possuem documentos; o terceiro eixo é a prioridade da educação de pessoas jovens e adultas incluindo a alfabetização como parte dos objetivos de educação para todos, uma das metas do terceiro milênio, e o outro tema seria a necessidade de novas políticas e nova legislação para assegurar o direito à aprendizagem sem discriminação por idade, gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, religião, deficiência e status nacionais. Bom, então o documento ao qual eu tive acesso abordava que fundamentalmente seriam discutidas essas quatro temáticas. Nós estamos vendo que atualmente, apesar de todo um reclame de qualificação e de maior escolaridade para a população, existem ainda no mundo cerca de 875 milhões de pessoas consideradas analfabetas. Logicamente essas pessoas expressam a perspectiva da pobreza e da marginalidade extrema. Recentemente eu estava vendo um trabalho no computador onde alguns intelectuais se pronunciavam, dentre os quais José Saramago, mostrando e dizendo que pouquíssimas pessoas tinham condições de estar lendo naquele momento aquela página. Então eu acho que o problema da alfabetização, da falta de escolaridade ou da possibilidade de as pessoas – ainda no contexto do mundo atual – lerem é ainda um problema muito sério, então eu gostaria de pedir ao senhor que, por favor, colocasse a sua opinião de como o senhor enxerga essa problemática do analfabetismo que ainda existe no mundo.

CAT: Emília, eu acredito que seja importantíssimo definir estes quatro grandes eixos que se marcaram para VI CONFINTEA como parte de uma tradição vinculada às práticas da UNESCO com respeito à educação de jovens e adultos. Na V CONFINTEA foi muito bom ter na declaração de Hamburgo mais de vinte princípios que eu acredito que pelo menos um deles deveria ser vigente hoje, porém lamentavelmente muitos destes princípios vinculados à educação para todos nunca foram aplicados. Você fala exclusivamente da alfabetização, porém antes disto eu gostaria de fazer algumas afirmações: a primeira é de que a CONFINTEA tem a intenção de parar a bola no meio do campo, mirar, levantar a

cabeça e fazer um bom passe de gol. Esta é uma boa metáfora para explicar que os governos necessitam continuamente desde a sociedade civil fazer pressão para parar a bola no meio do campo e ficar no controle da situação. A avaliação dos resultados que se faz hoje da educação para todos não é boa. Sei que estamos trabalhando com um tema difícil, principalmente agora que estamos vivenciando no ano de 2009 uma grande crise no capitalismo que se reflete no Brasil, na Argentina, na América Latina e na Europa, ocasionando menos recursos para a educação.

A alfabetização sempre foi a principal preocupação para educação de jovens e adultos. Conhecemos muito bem o trabalho de Paulo Freire que se tornou muito conhecido no mundo por oferecer no fim dos anos 50 e início dos anos 60 o que aparentemente era um método acelerado de alfabetização que teria impacto direto na vida das pessoas. Paulo Freire fez muito mais que isto, ele nem sequer chegou a falar de um método, porém de indicações teóricas e metodológicas. A presença de Paulo Freire, grande tesouro do nordeste brasileiro, da América Latina e do mundo, deveria estar iluminando a VI CONFINTEA, que se realizará na cidade do Belém do Pará no Brasil, porém acredito que o que vai iluminar a VI CONFINTEA, a menos que a sociedade civil intervenha diretamente, seja um pensamento tecnocrático e técnico que toma como referência os trabalhos dos distintos governos do que eles denominam de boas práticas para reanimar o debate da educação de jovens e adultos a partir desse princípio, que na minha opinião é pouco teórico, tem pouca experiência histórica e que não contribui para os processos de libertação.

Sempre se falou de alfabetização apenas como um processo universal que serve para ensinar a ler, a escrever e a dominar cálculos matemáticos, porém isto hoje está muito distante das necessidades da alfabetização no século XXI. Existem hoje várias dimensões da alfabetização, como, por exemplo, a alfabetização epistêmica, a alfabetização humanística, a alfabetização tecnológica, a alfabetização científica, a alfabetização como forma para controlar, entender e decodificar os meios de comunicação, a alfabetização vinculada à esfera pública e outras muitas perspectivas que os governos desconhecem e obscurecem.

É certo que, se impulsionamos um modelo que denominamos de multivocalidades, ou seja, de múltiplas expressões de alfabetização, estamos pondo uma complexa demanda para os governos. Por outro lado estamos criando condições de crítica à tarefa do governo que não gosta de ser criticado. Por isso estou em certo sentido preocupado por duas razões: a primeira é porque o modelo que acabará sendo discutido é um modelo que vem da tradição oficial de educação de adultos e que recebe forte influência da Europa e que responde às discussões teóricas que se anunciam como aceitáveis na América Latina. Por exemplo, a educação através do tempo, ou seja, a aprendizagem para a sociedade do conhecimento.

Como falar destas questões diretamente sem se falar no problema que existe das migrações? Vocês no nordeste têm migrações que vão do nordeste ao Rio de Janeiro, a São Paulo, a Minas Gerais. Existe o problema das migrações, de multiculturalidade no interior do Brasil. Este é um grande problema no Brasil. Agora imagine o problema que você falava de populações não documentadas nos Estados Unidos, na Europa, gente que praticamente está em busca de soluções para os problemas de pobreza de suas famílias. Muitos países do mundo funcionam porque os emigrados que vão trabalhar em países mais avançados enviam dinheiro às famílias, os filhos que enviam dinheiro aos pais, os maridos que enviam dinheiro às suas mulheres. Por exemplo, na América Latina o Produto Interno Bruto da República Dominicana são as remessas dos dominicanos que estão nos Estados Unidos. No México, o principal Produto Interno Bruto ou é o turismo que está caindo bruscamente devido à violência ou é a remessa dos mexicanos que estão nos Estados Unidos. Conclusão, o que estamos falando aqui é da família global. Estamos falando de um modelo de família e de pessoas que se afastam de um local, porém participam deste local. Ganhando seu sustento fora do seu lugar mandam de volta para o seu lugar de origem o resultado do seu trabalho. Então você fala de alfabetização quando deveríamos falar de um processo muito complexo de inclusão, incorporação cultural e de criação de condições para que aquela gente aprenda a aprender e de um processo que em

última instância requer política pública. Com a educação você não vai resolver nenhum destes problemas, porém sem ela eles jamais se resolverão.

EP: Muito obrigada. Existe um aspecto que me intriga e eu não sei como é que o senhor compartilharia dessa minha observação. É o seguinte: até o final dos anos 90, por exemplo, a educação popular – à qual eu estou associando a educação de jovens e adultos – ela tinha e continua tendo uma proposta de transformação. Mas uma das grandes preocupações que povoou o mundo dos intelectuais que trabalhavam, que defendiam, que estudavam e teorizavam sobre a educação popular – que no caso eu estou considerando, como falei, a educação de adultos – foi que se chegou a pensar que a educação popular estivesse morta e que ela não oferecesse mais condições de num mundo presente, de um modelo de sociedade em que nós vivemos, de se trabalhar e de se teorizar com a perspectiva de uma educação popular que se estava acostumada a pensar voltada para organização dos povos, para a transformação de determinados contextos, para a melhoria de vida dos grupos marginalizados e excluídos. Há pelo menos um livro, um documento que foi editado pela UNESCO no Brasil, no qual grandes intelectuais que tratam do tema da educação popular na América Latina se reuniram e tentaram ver como se poderia recuperar essa temática aplicada e ainda vista como um tipo de educação que estava vigente e muito viva no contexto atual. Uma das coisas entre as várias abordagens que foram levantadas na perspectiva da educação popular foi defender o multiculturalismo, de saber lidar com as diferentes culturas, que foi um pouco do que o senhor levanta agora na perspectiva da cultura dos imigrantes, das diferentes formas de pensar. Como é que o senhor vê este tema? Como é que o senhor vê neste aspecto? A educação popular e, por extensão, a educação de jovens e adultos tradicional estaria morta ou ela teria também que se transformar para se adequar a esses novos tempos?

CAT: Bom, o documento que se escreveu para CONFINTEA, que não é especificamente sobre educação popular, dá conta a partir do fim dos anos 90 da educação de jovens e adultos como uma prática pedagógica apoiada pelo governo, isto é um dado. Durante uma década a educação de jovens e adultos perdeu importância por um conjunto de razões que eu poderia explicar e que daria uma importante discussão no contexto internacional. Essa é uma observação que é importante, e por isso a VI CONFINTEA tem que renovar o espírito de discussão. Uma de minhas críticas ao documento atual é que se perde de vista algo que a educação de adultos necessita e que a educação popular traz à educação de jovens e adultos que é um espírito de luta, uma mística, uma espiritualidade. A educação de jovens e adultos requer um compromisso muito forte que requer da educação popular uma espiritualidade de luta. Eu escrevi um livro que você conhece que se chama Pedagogia da Luta, o grande modelo de Paulo Freire foi a pedagogia da luta. Essa é a parte que eu critico neste documento: a falta de uma educação de adultos que não traz uma educação do povo. E esta foi a principal crítica enfrentada pela educação de jovens e adultos nos anos 90. A segunda observação que faço é a de que a educação popular é uma educação do povo e quando e onde começa? Começa na minha opinião no fim do século XVIII e início do século XIX e que se estende na Espanha e em menor proporção em Portugal e na França atrelada a grupos vinculados ao nascimento do marxismo, do socialismo, da social democracia e especialmente do anarquismo. Para estes grupos a educação do povo era criticamente o acesso à cultura pelos operários como forma de instrumentalizá-los para um maior controle de suas próprias vidas e para o questionamento do controle dos meios de produção. Assim, a educação popular é um mecanismo de luta anticapitalista feita por pessoas altamente sofisticadas. Muitos dos anarquistas que chegavam a Buenos Aires, no México e no Brasil no século XX eram pessoas que falavam entre quatro e cinco idiomas e que tinham uma prática pedagógica em várias áreas, ávidos leitores, ou seja, intelectuais orgânicos das classes menos favorecidas. Esta é uma importante característica da educação de adultos que continua. Eu falei muito da revolução mexicana, da revolução centroamericana,

etc., e que tem um ponto de quebra com a resposta dada pelo estado conservador na América Latina que questiona, critica e reprime muito dos praticantes deste modelo de educação popular.

Uma terceira trajetória da educação popular vem de um modelo de educação pública de Massachusetts, e na maneira como Sarmiento captura este modelo e traz para a Argentina, Chile e a Costa Rica e que ele denomina de educação popular e em 1980 se constitui como modelo de educação pública. A educação popular como educação pública acabou sendo disfarçada de popular a pública, e quando entramos no século XX então estamos falando de educação pública. Sarmiento introduz, portanto, a terminologia de educação popular. Seria bom falar de educação pública popular. É esse o modelo que vem impulsionando o Instituto Paulo Freire em São Paulo, fundado por intelectuais como o Moacir Gadotti, Paulo Freire, José Eustáquio Romão, Walter Garcia entre outros, e em todo o mundo.

Ao longo da primeira grande crise da educação popular e com a decaída dos movimentos revolucionários do território centroamericano, chega um segundo momento com a revitalização da educação popular através de uma extraordinária conexão de fatos como o movimento da cultura de educação popular no Brasil com Paulo Freire, do surgimento da teologia da libertação, do surgimento de uma filosofia da liberdade, da libertação de uma teoria da dependência e, como pressuposto, a educação popular como núcleo de todos esses movimentos, criando uma nova impressão no mundo que eu diria que vai especialmente se iniciando no Brasil no final dos anos 50 até não só ao exílio de Paulo Freire em 1965, mas também ao exílio dele na América Latina que começa a mostrar um novo momento de autoritarismo no Cone Sul, o que fecha outra etapa importante da educação popular e outros aspectos da educação popular vinculados à luta política direta para instalação do socialismo. Uma das experiências mais ricas da educação popular e um dos ícones da educação brasileira que denomino como geração da liberdade, da qual você e eu fazemos parte.

A decaída dos movimentos arrasta não só a educação popular, mas também a educação de jovens e adultos, porque a clientela da educação de jovens e adultos

era uma clientela desorganizada, uma clientela pobre e que não tinha condições de pressionar o estado para atender as suas necessidades. Paulo Freire diz isso muito bem quando afirma que a educação popular não tem que deixar o estado dormir tranquilo, porque se a educação popular faz a tarefa que o estado democrático – democrático, ênfase – tem que fazer, o estado dorme tranquilo e na realidade o estado não deve dormir tranquilo, ele tem que ser pressionado pela educação popular para fazer as coisas que deve fazer. A educação popular dentro desta perspectiva – com o pé dentro da administração democrática e com um pé fora – e especificamente vinculada aos movimentos sociais, tem que pressionar por demandas do estado, isto é, por uma pertinência, por uma relevância, por uma qualidade e por uma educação mais justa. Para terminar, esse é certo grupo de intelectuais que eu não conheço, eu não estava nesta reunião, estava em uma reunião para reconstruir a educação popular. Quero admitir também que o impacto do neoliberalismo tem como efeito uma realidade que afeta não só a educação de jovens e adultos, mas também toda a história da educação latino-americana.

Agora vivemos um novo momento, um momento de luta contra a desregulação, que começa a ser questionada, porque foi esta desregulação que gerou esta catástrofe financeira. O neoliberalismo mostrou a sua incapacidade de articular um modelo de política pública, racional, eticamente sólido, economicamente consistente dentro de sua própria articulação teórica. O neoliberalismo está agora em sua decadência. Apesar de se ver em todas as partes e nos Estados Unidos muitos daqueles que eram alegres neoliberais, agora já estão pensando que se deve criar uma regulação, as pessoas trocam de roupa como se fossem para a praia! Muitas das equipes que estão com o controle da construção da nova política norte-americana são os mesmo neoliberais que construíram o desastre e que eu chamaria de o desastre que ocorreu entre as décadas de 80 e 90. Porém não são os intelectuais que recuperariam os movimentos de educação popular e jamais seriam ou serão, porém são os movimentos sociais, as ONGs, as práticas da comunidade. Os intelectuais têm um papel decisivo e importante para jogar. Um importante papel dos intelectuais é o de recolher como se fossem escribas – tem

que ser humilde para isso –, como se fossem secretários dos movimentos sociais, recolher as práticas, analisar as práticas, reconstruir teoricamente alguns aspectos das práticas e devolver como se fosse um espelho para os movimentos sociais, para as ONGs e para a sociedade civil, a experiência de sua própria prática para que eles a partir daí reflitam que há intelectuais que abrem os caminhos. Um exemplo que eu gostaria de citar no Brasil é o de dois queridos intelectuais como Moacir Gadotti que por tantos anos tem feito uma luta sistemática pelos caminhos da educação e de desenvolvimento sustentável, e o outro é o Leonardo Boff com a teologia da libertação e por uma luta pela defesa do planeta.

Estamos vivendo uma nova etapa e muito rica da educação popular e ainda não totalmente entendida com a vinculação dos movimentos sociais, que haviam sido fragmentados. Começam a ser articulados, são um pouco caóticos, porém no caos recriando a vida. Depois de tudo o criador da teoria do caos, que é uma grande teoria da matemática, utiliza o Brasil para falar em sua primeira exposição, para pessoas como nós que não entendemos muito de matemática. Ele diz que uma borboleta voando na Amazônia pode transformar a realidade em Boston; essa é a teoria do caos. Os movimentos sociais são profundamente caóticos, porém também são completamente ilimitáveis. Esta é uma nova etapa da educação popular e, como se diz, precisa ser sistematizada, analisada, criticada, como papel fundamental dos intelectuais, mas também como um papel fundamental das universidades quando determinam nesse espaço a formação de quadros e que haja mestradados para formação na área de educação popular para formação de lideranças dos movimentos sociais.

EP: Eu acho que o senhor tocou exatamente no ponto que eu estava esperando para darmos prosseguimento a nossa conversa que é o papel do intelectual e o papel da universidade nessa formação de professores e de pessoas voltadas para a perspectiva de trabalhar com a educação popular, com educação de jovens e adultos na perspectiva da transformação. E aí eu pergunto, baseando-me em Boaventura de Sousa Santos que diz o seguinte:

“A universidade sede privilegiada e unificada de um saber privilegiado e unificador feito dos saberes produzidos pelas três racionalidades da modernidade: a racionalidade cognoscitiva instrumental das ciências, a racionalidade moral prática do direito e da ética e a racionalidade estético expressiva das artes e da literatura”: será que a universidade está preparada para romper com seus modelos tradicionais e reconhecer outras formas de saberes não científicos, um modelo que subordine um know-how técnico a um know-how ético, por exemplo? É possível que nós professores tenhamos condições de formar professores para poder atuar na perspectiva da educação popular na perspectiva da transformação com todas as características apontadas por Santos?

CAT: Emília, eu aprecio muito o trabalho de Boaventura de Sousa Santos. Ele é realmente um dos grandes intelectuais do mundo globalizado hoje. Ele fala de uma ecologia de saberes como resposta às monoculturas que você falou. Eu acredito que a universidade tenha uma potencialidade enorme com características que poucas instituições possuem. Em seu espaço de produção de pensamento nós recebemos um salário para produzir pensamento. Isto é por si só único no mundo em que vivemos hoje. Em segundo lugar, muitas pessoas que estão na universidade são pessoas progressistas, principalmente na América Latina, que diferentemente dos Estados Unidos onde eu trabalho recebemos uma forte influência tecnocrática, porém não é garantia que os progressistas façam sempre o correto. Em terceiro lugar, é certo que há uma tradição universitária e eu me sinto muito honrado de fazer parte de uma tradição milenar que tem responsabilidades. Se você toma a responsabilidade central das universidades que é a busca da verdade, a resposta é evidente: a busca da verdade demanda você estar em condições de incorporar múltiplos saberes, de trabalhar com tempos diferenciados, trabalhar com sujeitos históricos diferentes, de vincular a prática ao cotidiano e à história da sociedade. Eu acredito, e sou muito otimista, que a universidade possui estas condições, porém é preciso evitar pensar que a resposta é criar uma nova universidade. As universidades estão se

metamorfoseando continuamente, criando a universidade dos movimentos sociais. Eu gosto muito dessa hipótese de pensar que os movimentos sociais estão presentes nas universidades estabelecidas. É difícil pensar nisso, porque os movimentos sociais são caóticos; as universidades também são caóticas. Seria bom pensar mecanismos de articulação à proposta de Boaventura, que haja uma presença muito mais forte dos movimentos sociais na universidade. Isso implica uma dupla transformação muito difícil e o que fazer. Por um lado, a universidade deve adquirir um modelo democrático de diálogo interinstitucional, interpretativo do cotidiano que incorpore o resgate do passado e a análise do presente, e a visão do futuro. É nesse processo que os movimentos sociais têm um papel fundamental e que a universidade não pode desconsiderar. Porém os movimentos sociais precisam fazer também uma importante transformação em sua prática política, em uma contínua politização e idealização que todos perseguimos em mais de uma ocasião. Somos parte da constante luta contra os poderes estabelecidos, contra o capitalismo selvagem. Há algo que termina passando, com muitas boas razões, nos movimentos sociais, que é uma espécie de antiintelectualismo. Paulo Freire falava do fascismo, falava que o conhecimento dos movimentos sociais representava a verdade, e ele dizia que não, o conhecimento é um modelo de verdade. Todo conhecimento acumulado ao longo da história da sociedade é um outro modelo de verdade.

É preciso deixar que se faça um diálogo entre estas construções sociais. O grande problema que encontro, que vai desde os movimentos sociais até a tarefa dos professores, é pensar a universidade como se fosse uma torre de cristal, quando a universidade está inserida na sociedade continuamente. E, por outro lado, num certo trabalho teórico, porque o trabalho teórico é um trabalho intelectual e queremos respostas práticas. Os professores dizem: eu não quero que você fale para mim de como estudar os problemas da fenomenologia do espírito, eu quero saber como controlar os meninos e meninas em salas de aulas que estão perdendo totalmente a autoridade. Essa é a pergunta dos professores e professoras e a resposta tem que ser teórica. Uma das feministas mais

conhecidas nos Estados Unidos, bell hooks , uma grande escritora, adotou Paulo Freire como um referencial teórico e tem no livro sobre a arma da teoria um capítulo fantástico que se chama ensinando comunidades, que é um capítulo dedicado à teoria como arma revolucionária. Esta parte é a que quer defender especialmente a universidade, que tenhamos a possibilidade de experimentar, a liberdade de pensar, de criar, de vincular os movimentos sociais a uma tarefa social legítima, uma tarefa metodológica legítima, em uma produção teórica legítima, que é uma tarefa metodológica legítima e que é uma produção empírica legítima. E tem que ser efetivamente a resposta da universidade na busca da verdade e de encontrar um diálogo que sempre vai ser difícil, sempre, pois é possível. Porque diálogo entre os diferentes é possível, diálogo entre os antagônicos é impossível. Os movimentos sociais são diferentes, mas não são antagônicos.

EP: O senhor falou a respeito da universidade e do papel dos professores. O senhor falou em certo momento a respeito do currículo na perspectiva de formar professores, pessoas capazes de atuar num processo da educação popular na perspectiva da transformação. Como é que o senhor vê, por exemplo, que tipo de currículo seria este? Como é que poderia ser este currículo?

CAT: Discutir o tema currículo deve ser a atividade central da atividade pedagógica e todos os demais contribuem, mas são periféricos. Não se pode falar de valorização se não se tem um bom currículo, de ensino-aprendizagem se também não tem um bom currículo, de um contexto social de educação se quando se começam a resolver os dilemas do contexto social da educação não se tenha um bom currículo para fazer uma boa qualidade de educação. O currículo é a diferença específica da educação. Bem, você pergunta para mim qual é esse currículo de nossa época. Minha resposta é a resposta que sempre Freire tinha para este tipo de pergunta: currículo é um ato contextual. Você estabelece um currículo de acordo com as condições do lugar e de acordo com a construção

político-pedagógica que está imbricada na construção do currículo, de acordo com a demanda dos sujeitos históricos, de acordo com as condições de articulação do currículo. Se você pergunta a mim, que moro nos Estados Unidos, eu tenho uma resposta de acordo com as circunstâncias vividas lá. Agora nos Estados Unidos, dentro da minha perspectiva, está a questão de tomar mais poder através de um novo modelo de produção que você tem que encontrar vegetais, os produtos que se vão consumir, a partir de sua própria prática e de sua própria casa. Eu diria que nenhuma escola primária ou secundária, em Los Angeles, nenhuma deveria esquecer os modelos de sua cultura. Por exemplo, as sociedades industrializadas têm uma enorme capacidade de criar venenos, de criar sérios problemas que consumimos todos os dias, então muitas pessoas decidem não comprar os produtos vendidos nos supermercados e produzir seus próprios vegetais, e agora já existe uma escola secundária pelo menos que tem sua própria granja no centro da cidade de Los Angeles. Se você pergunta a mim em Los Angeles, eu saberia por onde ir, mas se você me pergunta em João Pessoa, eu não saberia por onde ir. Você teria que dar a resposta, e não eu. A primeira resposta é contextual, a segunda resposta tem que ser democrática e tem que ser um currículo que incorpore os conhecimentos anteriores, que incorpore a comunidade, que incorpore a prática de professores e professoras, um currículo antiburocrático claramente, porque na burocracia se vende um valor, organizam-se e articulam-se modelos racionais para intercâmbio. É muito importante você quando chega na esquina com o seu carro e para no sinal vermelho, isso é a melhor expressão de uma burocracia, a regulação da via, que é fundamental porque se você não parar na luz vermelha pode acabar chocando-se com um caminhão. Há um momento da regulação que é fundamental quando a burocracia tende a destruir a emancipação. Então nessa luta entre a regulação e a emancipação nós precisamos de um currículo verdadeiro que lute pela emancipação e aceite poucos princípios burocráticos. Finalmente, para terminar com os princípios gerais; precisamos de um currículo que fale por nós, que venha de nós; um currículo que deixe você entusiasmado, um currículo utópico que cria em você o desejo de aprender e ensinar. É este o currículo que eu penso pela contextualização

específica dos conteúdos, a contextualização específica dos mecanismos de valorização, dos mecanismos de ensino-aprendizagem, da interação entre professores e professoras, entre os meninos e as meninas, entre jovens e adultos, todo articulado contextualmente e de uma maneira democraticamente organizada, em que a função do Estado e das administrações democráticas seja fundamental, e finalmente que seja um currículo que tenha recursos, porque tudo isso não funciona sem recursos. Ou seja, se o professor é mal pago, se a burocracia absorve os recursos, se outras áreas recebem mais recursos que a educação...

EP: Professor, o senhor falou há pouco sobre a perspectiva do currículo, do ensino-aprendizagem. Aí eu lembro que o nosso curso pedagogia, que se destina a formar professores para atuar fundamentalmente com a educação básica – mas também onde está inserido o aluno de educação de jovens e adultos – e também as nossas licenciaturas – de onde saem os professores de português, de matemática, de ciência, de geografia, de história que fundamentalmente vão atuar com alunos de educação de jovens e adultos – não têm no seu currículo uma perspectiva voltada para a educação de jovens e adultos, ou seja, para esta modalidade de EJA , e não respeitam a especificidade. Aí eu pergunto como é que o senhor vê esses cursos e esses currículos?

CAT: Bom, você sabe que uma das premissas da VI CONFINTEA é justamente a de que não há professores e professoras suficientes especializados na educação de jovens e adultos, que não há pesquisadores suficientes especializados na educação de jovens e adultos, que não há suficientes áreas de trabalho para buscar e gestar um tipo de conhecimento. E isso está dito no documento que diferencia a prática do trabalho pedagógico de jovens e adultos, dos jovens que estão fora da escola de jovens e adultos mais estabelecida ou formal. Portanto, acredito que a resposta é muito simples: primeiro, é impossível se ter uma boa educação de jovens e adultos se não tivermos professores e professoras especializados em processos de ensino-aprendizagem de jovens e adultos,

especializados em um processo cognitivo e em um processo sociológico da educação de jovens e adultos. As pessoas que estão formadas para trabalhar com meninos e meninas podem ter melhores condições intelectuais; podem ter a melhor disposição pessoal, porém não têm especialidade. Uma das coisas que eu gostaria de ver suceder na VI CONFINTEA é a de que é preciso de mais programas para universidade para formação de professores jovens e adultos e a de que tenha trabalho completo neste tipo de instituição. Você sabe tão bem quanto eu que muito dos professores e professoras de jovens e adultos que trabalham em tempo integral em escolas secundárias para completar seus salários trabalham à noite com jovens e adultos. Portanto é preciso diferenciar a formação e também os professores. Eu acredito que é muito importante, na linha de educação de adultos, e que você colabora no programa de sua universidade, é que se mantém há 33 anos discutindo, aprendendo, formando gente na temática da educação popular. Eu acredito que a Universidade Federal da Paraíba é uma das poucas instituições que eu conheço que tem uma trajetória de formação de pesquisadores na linha de educação popular. Bons pesquisadores na área da educação popular abrem novas possibilidades de formação.

EP: Eu teria muito mais questões para levantar, pois este é um tema muito complexo e atual, mas eu acho que vou encerrando por aqui. Apenas eu perguntaria ao senhor algo relacionado, por exemplo, como é que o senhor vê a perspectiva de uma educação de jovens e adultos, ela estaria atrelada à qualificação profissional ou atrelada ao trabalho?

CAT: Para mim isto é indispensável, a qualificação profissional tem que ser feita, você sabe que eu sou carpinteiro formado num curso de carpintaria em uma escola nos Estados Unidos, o que abriu para mim um novo horizonte em minha vida e a capacidade de pegar uma máquina que chega embalada e seguir as instruções e logo começar a trabalhar. Primeiro, um curso de formação profissional permite a nós adquirir um tipo de experiência e de prática que se pode adquirir empiricamente porque se toma mais tempo, ou melhor, ao longo do

tempo. O grande problema que temos agora é a educação de jovens e adultos ter que estar vinculada à formação profissional, o nosso grande problema é o problema do trabalho. Eu retomo uma discussão que se está pensando agora no mundo inteiro e especialmente nos Estados Unidos e Europa é a chamada de uma sociedade sem emprego, é indispensável que haja a criação contínua de empregos para que as sociedades possam produzir e avançar melhor. Um dos grandes problemas, uma das grandes dificuldades de toda política pública é a geração de emprego, pois passa pelo crescimento da tecnologia que sempre foi assim, por isso os anarquistas do século XIX propõem ir até a fábrica e tirar as máquinas, que realmente sacavam trabalhos para os superávits. As novas tecnologias limitam muito o acesso ao mundo do trabalho. E o que você vai fazer agora? Vai decidir que não vai mais trabalhar ou vai encontrar o que o inglês chama de pequenos espaços de onde articular modelos laborais? Conclusão: eu acredito que quando há uma certa indústria ligeira e apressada, quando há um crescimento maior no mundo no setor de serviços, que é indispensável estudar cuidadosamente o crescimento do trabalho e tratar de fonte do trabalho, de posição do trabalho, e tratar de criar mais vinculações com os mecanismos de formação. Pensar que o acesso ao trabalho tem que ser só feito pela articulação entre formação e mercado é limitado. Acredito que deve haver mecanismos institucionais de vinculação entre educação e trabalho, e uma delas na minha opinião é a de que seria bom que os estudantes, especialmente das escolas públicas, tenham acesso a recursos que permitam financiar seus estudos. Em contrapartida, ao fim de uma carreira universitária, seja em nível de graduação, seja em nível de pós-graduação, deveria fazer um maior serviço público rentável ou não rentável na área da especialidade que ele trabalha. Seria um ano de transição e nesse ano de transição várias coisas poderiam acontecer. Como, por exemplo, descobrir se o aluno quer ou não quer criar um espaço para o que estudou, porque o mercado também pode dar oportunidade de outro tipo. Necessitamos do mercado, porém não queremos um mercado desregulado. Em segundo lugar, você vai entender como funciona uma indústria, um emprego, como funciona a profissão e a partir daí uma prática e uma aprendizagem no

contato com sua prática profissional. Terceiro, vai devolver à sociedade que investiu na sua formação. Este é o mecanismo da articulação, tanto para graduados quanto para pós-graduados, com mecanismos de articulação entre educação e mercado que dá resultados específicos, tentando evitar que uma superburocratização crie dois modelos de formação.

EP: Professor, enquanto o senhor falava me vieram à memória dois fatos: o primeiro é que, quando o nosso programa de educação de jovens e adultos foi organizado no final dos anos 70, existia uma polêmica a respeito de conceituar quem era a clientela prioritária do programa, porque na perspectiva do conceito de jovem e adulto poderia ser o aluno da universidade e o próprio aluno que estivesse no programa de pós-graduação. Então, à medida que a gente não precisa e não encontra uma identidade mais precisa para ver quem é essa população jovem e adulta, principalmente, no contexto atual da educação ao longo da vida, esse jovem e adulto pode ser até o próprio aluno da universidade. Segundo aspecto é que, pelo menos no nosso curso de pedagogia e em alguns cursos de licenciaturas, nós recebemos com certa frequência alunos que nós consideramos oriundos das classes populares. Que dizer, a gente fica pensando que esse próprio aluno pode, dada toda essa trajetória acadêmica – com programas de PIBIC , de incentivo ao estudante, PROLICEN , etc –, então alguns desses alunos podem até se tornar professores e professoras da própria universidade, e mais uma vez eu questiono o seguinte: nessa complexidade, quem é a clientela preferencial? O aluno da universidade pode estar inserido hoje dentro dessa nova maneira de identificar o jovem e o adulto, principalmente pelo fato de muitos serem oriundos das classes populares? Como é que a gente poderia pensar a transformação da universidade ou a participação num currículo mais dinâmico voltado para as classes populares, quando a gente termina tendo professoras também de origem das classes populares? Ou será que essa professora ao chegar ao status de professora da universidade ela já deixou de pertencer às classes

populares e adquire outra identidade, e já não mais está disposta a lutar pela transformação da classe da qual ela teve origem?

CAT: A pergunta é fantástica. Paulo Freire desenvolveu uma pedagogia dos sofridos. O modelo de Freire é para pessoas que estavam em piores condições. A clientela natural da educação popular era gente que estava nas piores condições sociais: condições de classe, de gênero, de etnia e de raça. Portanto, essa parecia ser a clientela específica. Muita gente diz que Freire trabalhava com camponeses e não com operários. Mas é certo que o modelo de Freire pode ser aplicado a operários. Essa parece ser a clientela, mas isso não exclui que a educação popular, como paradigma, não possa penetrar em todas as instâncias da universidade. Primeiro, tem uma vinculação clara entre educação e política. Segundo, porque face aos critérios epistemológicos, um dos critérios é a prática. Terceiro, porque objetiva transformar as coisas. A educação popular ensina para transformar. É uma metamorfose cultural sem dúvida nenhuma. Para que esta metamorfose cultural afete os compromissos políticos e os nossos valores existenciais.

EP: Professor Carlos Alberto Torres, eu me sinto honrada e muito feliz em compartilhar com o senhor essa nossa série de entrevistas para compor o nosso acervo da biblioteca digital de educação de jovens e adultos. Quero reafirmar minha admiração pelo senhor e o meu carinho, esperando que o senhor nos honre com suas publicações e que a gente possa colocar no nosso acervo, como também nos propicie que tenhamos um link com o Instituto Paulo Freire da UCLA, e assim, quem sabe, tornar a nossa biblioteca digital na perspectiva do local uma biblioteca internacional.

CAT: Será um prazer. Obrigado pela entrevista, por seu carinho e por sua amizade. Obrigado por esta oportunidade de falar a sua gente e um grande abraço a todos.

EP: Muito obrigada!